

00041624-10-12

Exm^o. Senhor
Dr. José Ribeiro e Castro
Presidente da Comissão Parlamentar de Educação,
Ciência e Cultura
Assembleia da República
Palácio de S. Bento
1249-068 LISBOA

Julho Incidente, Com Dr. José Ribeiro e Castro,

No final do passado mês de Julho o CRUP deu nota ao Governo de um conjunto de preocupações que tem vindo a condicionar fortemente a gestão das instituições que integram este Conselho. Em simultâneo pediu uma audiência à Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura que se veio a concretizar com sucesso. Na sequência da entrega pelo Governo da Proposta de Lei do orçamento de Estado para 2013, venho agora solicitar nova audiência pelas seguintes razões:

1. O sistema universitário português teve uma evolução muito positiva no passado recente, com especial relevância na última década, expressa através dos seguintes fatores:
 - Contributo crescente para a afirmação de Portugal e da língua portuguesa no mundo;
 - Melhoria dos indicadores quantitativos e qualitativos ao nível do ensino e da investigação, como é evidenciado pelo posicionamento das universidades portuguesas nos rankings internacionais;
 - Aumento significativo da sua interação com o tecido económico-productivo, incluindo a promoção do empreendedorismo em estreita relação com o mundo empresarial;
 - Concretização de um modelo de governação com práticas gestionárias transparentes e uma prestação pública de contas que demonstra a ausência de dívidas a terceiros sem qualquer contributo para o agravamento de endividamento externo.
 - Capacidade de obter financiamentos nacionais e internacionais que, em muitas instituições, já contribuem para viabilizar mais de metade dos respetivos orçamentos.

2. Todo este esforço de modernização foi realizado num quadro de evolução extremamente negativo das dotações orçamentais atribuídas pelo Estado às universidades como se demonstra na figura em anexo que ilustra uma perda de 200 milhões de euros entre 2005 e 2013.
3. Acresce que a evolução do enquadramento legal em que o ensino superior se insere se tornou cada vez mais complexo nos últimos anos, comprometendo a autonomia universitária e dificultando a capacidade de competir com agilidade processual em candidaturas a financiamentos nacionais e internacionais. É disso exemplo a extrema dificuldade sentida pelas universidades, nos últimos 18 meses, na mobilização dos seus próprios saldos apesar de um comportamento contabilístico irrepreensível.

Na carta dirigida no final do passado mês de Julho a Vossa Excelência eram assinaladas, com algum relevo, as apreensões resultantes da elaboração do orçamento de Estado (OE) para 2013, já que as dotações orçamentais transmitidas através de diversas comunicações, que fomos recebendo ao longo desse mês de Julho, do Gabinete do Senhor Secretário de Estado do Ensino Superior, não se afiguravam suficientes para garantir o eficiente funcionamento das universidades.

Para além dos cortes já verificados nos orçamentos de cada universidade para 2013, acentuando ainda mais a queda superior a 20% que se regista nas transferências do OE desde o ano de 2005, apontava-se aí também o problema decorrente do pagamento da “b-on” deixar de ser assegurado centralmente, passando a ter de ser suportado pelas instituições, o que correspondia a um esforço de despesa adicional de quase 7M€.

Entretanto, a obrigatoriedade de ser processado um subsídio, nos termos da decisão do Tribunal Constitucional, motivou a DGO a carregar nos orçamentos de cada instituição o valor correspondente a essa despesa adicional. Contudo, a inscrição desta nova receita revelou-se estar a ser efetuada de forma aleatória, não correspondendo os montantes adicionais carregados na plataforma SIGO aos acréscimos reais de despesa efetivamente existentes nas instituições pelo motivo acima apontado.

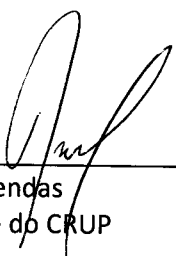
Cumulativamente, e como certamente é do conhecimento de Vossa Excelência, a Proposta de Lei do OE para o próximo ano, recentemente entregue na Assembleia da República, prevê aumentos substanciais nos encargos para a CGA e Segurança Social, que colocam as universidades numa situação de rotura orçamental que as impede de prosseguir a sua missão, de assegurar as suas atividades e de exercer as suas funções.

Nos elementos que o CRUP apurou junto das instituições que o integram e que aqui se anexam, verificou-se, sobretudo e nomeadamente, uma redução muito heterogénea nos cortes cujo valor oscilou entre 7,4 e 12,65, atingindo um valor médio de 9,4%.

Caso não se verifiquem as devidas correções desses cortes durante a discussão parlamentar e o Orçamento de Estado para 2013 seja viabilizado pela Assembleia da República nos termos em que o Governo o aprovou, a sustentabilidade do sistema de ensino superior ficará gravemente comprometida. É disso que venho dar conhecimento a V. Ex. para que possam ainda ser tomadas medidas que impeçam uma crise de consequências imprevisíveis num dos setores que prestigia Portugal no Mundo.

Por tudo o que antecede venho solicitar a V. Ex. o agendamento urgente de uma reunião com a Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura da Assembleia da República para o CRUP poder demonstrar em detalhe que a sustentabilidade do sistema de ensino superior não pode estar sujeita a uma tal situação.

Com os melhores cumprimentos, *também pensar*



António Rendas
Presidente do CRUP

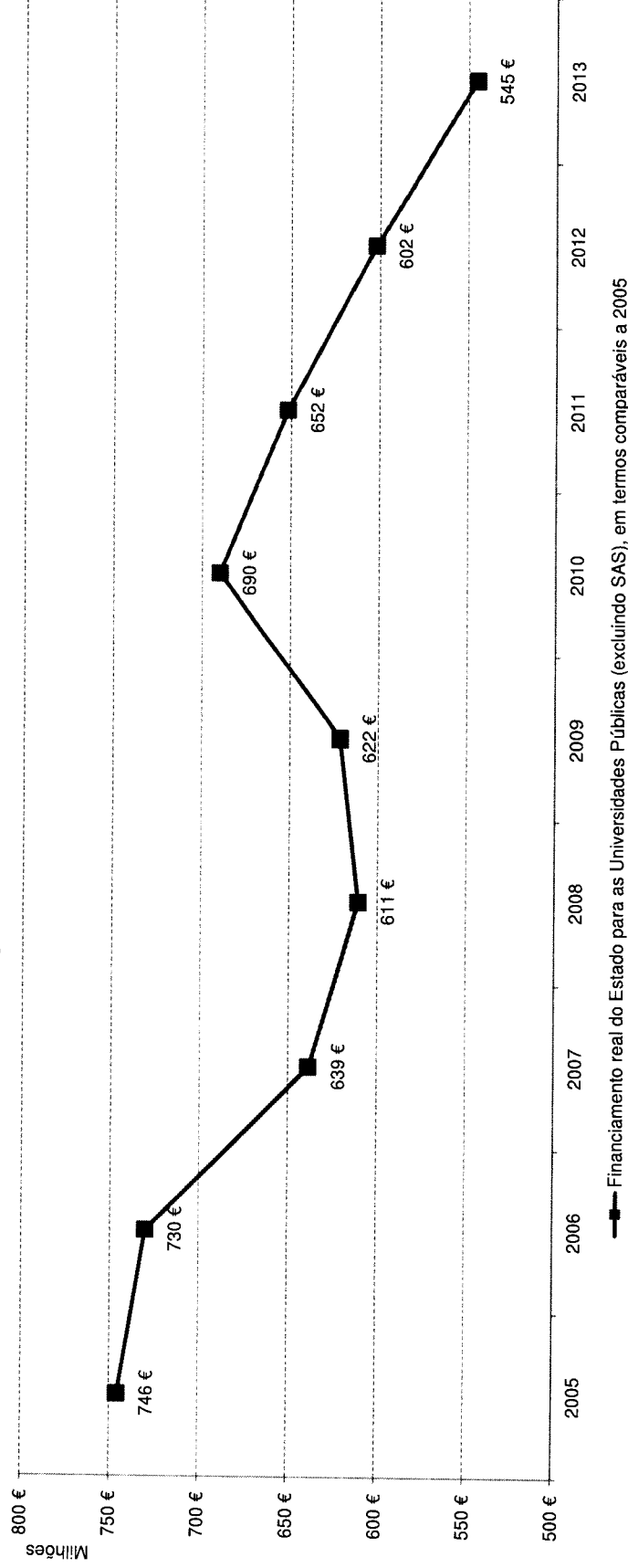
Anexo: gráfico e quadro

Evolução da dotação OE para o Orçamento de Funcionamento das Universidades Públicas - 2005 a 2013

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Atualização salarial	Δ 2,2%	Δ 1,5%	Δ 1,5%	Δ 2,1%	Δ 2,9%	Δ 0%	Δ ~-8%	Δ ~-14%	Δ ~-8%
Taxa de contribuição para a CGA	0%	0%	7,5%	11%	11%	15%	15%	15%	20%

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Financiamento real do Estado para as Universidades Públicas (excluindo SAS), em termos comparáveis a 2005	745.790.550 €	730.092.079 €	638.651.034 €	610.958.604 €	621.610.065 €	690.029.725 €	651.915.870 €	602.025.013 €	545.136.257 €

Evolução da dotação OE para o Orçamento de Funcionamento das Universidades Públicas - 2005 a 2013



Notas:

Os dados de 2012 são provisórios, uma vez que o exercício não se encontra ainda encerrado. Para 2013 são apresentadas estimativas com base na proposta de Orçamento de Estado.

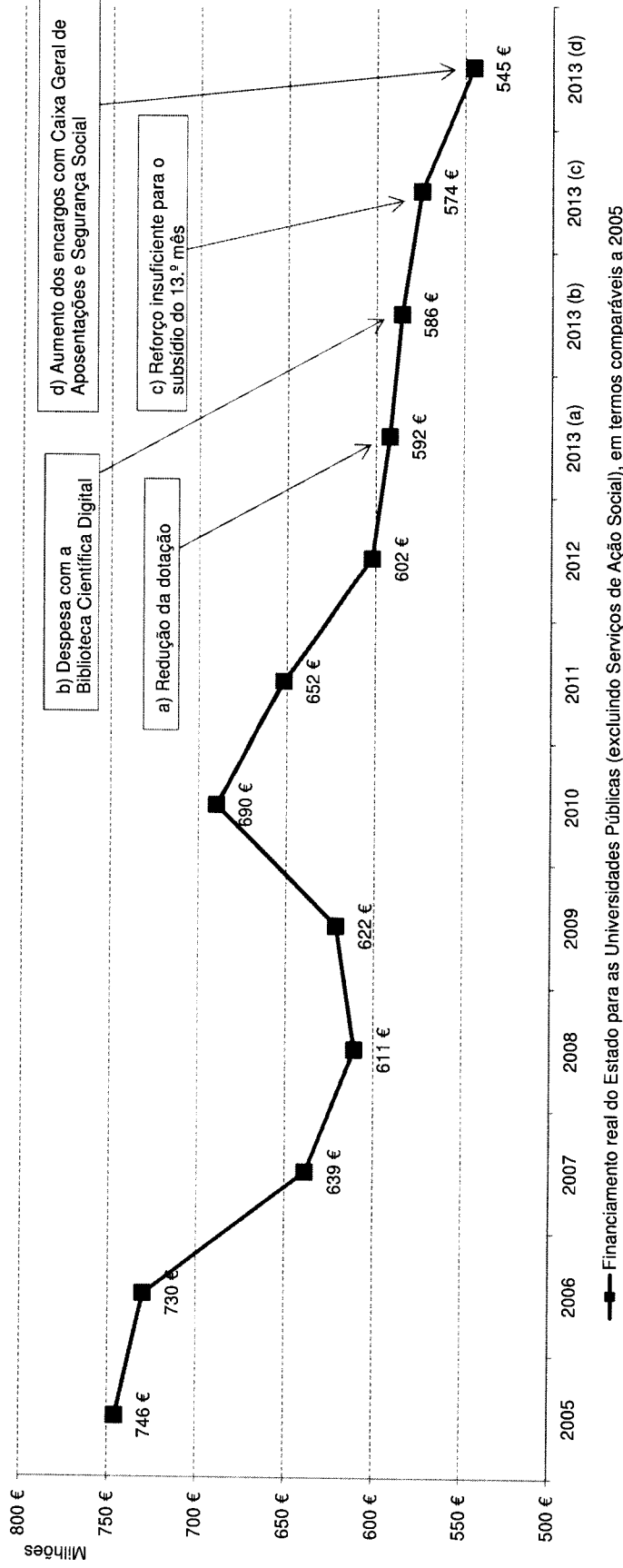
A série representa o financiamento real do Estado para as Universidades Públicas, em termos comparáveis a 2005. Ou seja, tendo por base a dotação OE atribuída em 2005, calcularam-se as dotações reais nos anos subsequentes considerando a variação nominal das dotações atribuídas e o impacto real de atualizações salariais, de aumentos das contribuições para a CGA e TSU, bem como de cortes na dotação em virtude de cativações, despesas com a FCCN, reduções salariais e alterações ao pagamento dos subsídios de férias e de Natal. Por exemplo, se de um ano para o seguinte existe um aumento nominal de 1% na dotação atribuída mas também um aumento de 3% nas remunerações do pessoal, então a dotação real das Universidades terá diminuído cerca de 2%. Esta análise não incidu sobre o impacto da evolução dos preços de bens e serviços no orçamento das Universidades.

Evolução da dotação OE para o Orçamento de Funcionamento das Universidades Públicas - 2005 a 2013

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Atualização salarial	Δ 2,2%	Δ 1,5%	Δ 1,5%	Δ 2,1%	Δ 2,9%	Δ 0%	Δ ~-8%	Δ ~-14%	Δ ~-8%
Taxa de contribuição para a CGA	0%	0%	7,5%	11%	11%	15%	15%	15%	20%

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Financiamento real do Estado para as Universidades Públicas (excluindo SAS), em termos comparáveis a 2005	745.790.550 €	730.092.079 €	638.651.034 €	610.958.604 €	621.610.065 €	690.029.725 €	651.915.870 €	602.025.013 €	545.136.257 €

Evolução da dotação OE para o Orçamento de Funcionamento das Universidades Públicas - 2005 a 2013



Notas:

Os dados de 2012 são provisórios, uma vez que o exercício não se encontra ainda encerrado. Para 2013 são apresentadas estimativas com base na proposta de Orçamento de Estado.

A série representa o financiamento real do Estado para as Universidades Públicas, em termos comparáveis a 2005. Ou seja, tendo por base a dotação OE atribuída em 2005, calcularam-se as dotações reais nos anos subsequentes considerando a variação nominal das dotações atribuídas e o impacto real de atualizações salariais, de aumentos das contribuições para a CGA e TSU, bem como de cortes na dotação em virtude de cativações, despesas com a FCCN, reduções salariais e alterações ao pagamento dos subsídios de férias e de Natal. Por exemplo, se de um ano para o seguinte existe um aumento nominal de 1% na dotação atribuída mas também um aumento de 3% nas remunerações do pessoal, então a dotação real das Universidades terá diminuído cerca de 2%. Esta análise não incidu sobre o impacto da evolução dos preços de bens e serviços no orçamento das Universidades.

OE 2013: Decomposição da redução da dotação

[Diminuição da dotação atribuída; FCCN; Subsídio 13.º mês; Aumento da contribuição patronal CGA+SS]

Instituição	Dotação OE atribuída		Decréscimo	Peso de redução face ao OE 2012	FCCN 2013 [despesa a suportar]	Dotação após despesa FCCN	Peso da despesa FCCN 2013 face ao OE 2012
	2012	2013					
Coimbra	67.470.280 €	67.534.830 €	-64.550 €	-0,1%	714.785 €	66.820.045 €	1,1%
Lisboa	72.160.959 €	70.585.953 €	1.575.006 €	2,2%	734.988 €	69.850.965 €	1,0%
Porto	99.777.477 €	97.681.610 €	2.095.867 €	2,1%	1.479.367 €	96.202.243 €	1,5%
UTL	76.950.446 €	76.232.060 €	718.386 €	0,9%	700.205 €	75.531.855 €	0,9%
UNL	54.476.265 €	54.332.575 €	143.690 €	0,3%	653.198 €	53.679.377 €	1,2%
Aveiro	39.031.234 €	38.504.152 €	527.082 €	1,4%	779.671 €	37.724.481 €	2,0%
Minho	48.246.366 €	47.918.805 €	327.561 €	0,7%	702.665 €	47.216.140 €	1,5%
Évora	28.865.637 €	27.546.193 €	1.319.444 €	4,6%	136.572 €	27.409.621 €	0,5%
Açores	12.515.404 €	12.109.199 €	406.205 €	3,2%	72.846 €	12.036.353 €	0,6%
Algarve	28.898.759 €	27.643.700 €	1.255.059 €	4,3%	224.791 €	27.418.909 €	0,8%
UTAD	26.293.580 €	25.232.896 €	1.060.684 €	4,0%	190.911 €	25.041.985 €	0,7%
UBI	19.860.699 €	19.554.234 €	306.465 €	1,5%	180.943 €	19.373.291 €	0,9%
Madeira	9.217.700 €	9.145.229 €	72.471 €	0,8%	74.593 €	9.070.636 €	0,8%
Aberta	8.683.691 €	8.493.978 €	189.713 €	2,2%	0 €	8.493.978 €	0,0%
ISCTE-IUL	14.871.595 €	15.111.017 €	-239.422 €	-1,6%	105.538 €	15.005.479 €	0,7%
Ensino Universitário	607.320.092 €	597.626.431 €	9.693.661 €	1,6%	6.751.073 €	590.875.358 €	1,1%

Instituição	Despesa Subsídio e encargos 2013 [FF's 311, 510]	Reforço atribuído [FF311]	Diferencial a suportar pelas instituições	Peso da despesa a encaixar face ao OE 2012	Despesa adicional aumento da contribuição patronal [CGA e SS]	Peso da despesa adicional face ao OE 2012	Perda orçamental 2013	Perda face ao OE 2012
Lisboa	6.021.583 €	5.031.045 €	990.538 €	1,4%	3.677.338 €	5,1%	6.977.870 €	9,7%
Porto	8.436.596 €	7.138.848 €	1.297.750 €	1,3%	4.191.034 €	4,2%	9.064.018 €	9,1%
UTL	7.588.938 €	6.290.982 €	1.297.956 €	1,7%	4.448.071 €	5,8%	7.164.618 €	9,3%
UNL	4.669.915 €	3.755.464 €	914.451 €	1,7%	2.435.464 €	4,5%	4.146.803 €	7,6%
Aveiro	3.680.711 €	2.775.908 €	904.803 €	2,3%	1.567.123 €	4,0%	3.778.679 €	9,7%
Minho	4.351.800 €	3.266.410 €	1.085.390 €	2,2%	2.334.552 €	4,8%	4.450.168 €	9,2%
Évora	2.386.643 €	1.902.490 €	484.153 €	1,7%	1.274.907 €	4,4%	3.215.076 €	11,1%
Açores	1.250.908 €	940.978 €	309.930 €	2,5%	669.783 €	5,4%	1.458.765 €	11,7%
Algarve	2.641.850 €	1.895.975 €	745.875 €	2,6%	1.423.365 €	4,9%	3.649.090 €	12,6%
UTAD	2.487.306 €	1.998.668 €	488.638 €	1,9%	1.319.337 €	5,0%	3.059.571 €	11,6%
UBI	2.010.592 €	1.581.954 €	428.638 €	2,2%	851.888 €	4,3%	1.767.934 €	8,9%
Madeira	907.878 €	698.335 €	209.543 €	2,3%	674.747 €	7,3%	1.031.354 €	11,2%
Aberta	867.163 €	743.693 €	123.470 €	1,4%	425.598 €	4,9%	738.780 €	8,5%
ISCTE-IUL	1.622.735 €	1.164.635 €	458.100 €	3,1%	769.195 €	5,2%	1.093.411 €	7,4%
Ensino Universitário	54.860.181 €	43.772.262 €	11.087.919 €	1,8%	29.356.103 €	4,8%	56.888.756 €	9,4%

Nota: Os dados das Universidades incluem os respetivos Serviços de Ação Social.